



## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

### PARECER

Encontra-se no âmbito desta Comissão o relatório, com Parecer Prévio, oriundo da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Processo TCE nº 1240103-1, relativo a prestação de contas do Prefeito Municipal de Caruaru, relativa ao exercício financeiro de 2011, exercido pelo Sr. José Queiroz de Lima, para relatoria do Vereador Marcelo Gomes.

O relatório e o voto do TCE vieram acompanhados de 9 (nove) volumes, com documentos que totalizam 1.886 (mil oitocentas e oitenta e seis) folhas, bem como dois volumes com processo de recurso apresentado com 256 (duzentas e cinquenta e seis) folhas.

Temas relativos à realização de despesas da área do ensino fundamental, repasse de duodécimos a Câmara Municipal, abertura de créditos adicionais suplementares, redução da cobertura de saúde, alta da mortalidade materna, redução da quantidade de médicos, realização de despesas sem lastro financeiro, repasse a menor das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, entre outros indicadores estiveram sob análise do Conselheiro Marcos Nóbrega.

Alguns temas acima elencados foram objeto de críticas e observações por parte do relator. Oportunizada a defesa ao Prefeito do Município de Caruaru-PE, por via de advogado, entre as folhas 1.682 a 1.707, anexou diversos documentos que, por sua vez, permitiram esclarecimentos e acolhimento, em parte, pelo Tribunal de Contas de Pernambuco.

Ultrapassada esta fase, o Conselheiro Marcos Nóbrega, emitiu parecer prévio, recomendando a Câmara de Caruaru: **APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas do Prefeito, Sr. José Queiroz de Lima, relativas ao exercício financeiro de 2011, de acordo com o disposto nos arts. 31, §1º e 2º, da Constituição Federal, e art. 86, §1º, da Constituição de Pernambuco.**

Compreendeu esta Comissão que a aprovação, com ressalvas, das contas do gestor municipal, se dá em virtude de algumas recomendações constantes no relatório/voto do Conselheiro Marcos Nóbrega, entre as quais destacam-se: não utilizar recursos do FUNDEB para pagamento de despesas inscritas em restos a pagar sem lastro financeiro; abster-se de promover a abertura de créditos adicionais suplementares



acima do percentual autorizado pela LOA; envidar esforços para aperfeiçoar os indicadores da gestão de saúde que não corresponderam ao padrão internacionalmente aceito, ou à média estabelecida nacional e/ou dos municípios compreendidos em sua faixa, evitar a assunção de dívidas de curto prazo, sem lastro financeiro, que afetam o equilíbrio das contas públicas; acompanhar a situação da municipalidade junto ao RGPS, de modo que haja segurança jurídica do conjunto dos segurados que se encontram filiados ao sistema e no pleno gozo dos seus direitos, bem como na garantia ao Município de que não haverá formação de passivos futuros capazes de afetar o equilíbrio de suas contas e o cumprimento de suas metas fiscais.

Assim, considerando o voto/relatório o qual recomenda a aprovação das contas, com ressalvas, relativas ao exercício financeiro 2011, do Prefeito José Queiroz de Lima, pugna este Relator pela aprovação das contas, concluindo pela apresentação de Decreto Legislativo – de aprovação com ressalvas – em conformidade com a decisão da Corde de Contas de Pernambuco.

Por este motivo, a Comissão conhece do parecer do Relator Vereador e, de **forma unânime**, emite **parecer favorável** à confecção de Projeto de Decreto Legislativo pela **aprovação de contas com ressalva**.

Sala das Comissões Vereador Francisco Wanderley de Oliveira.

**Vereador Marcelo Gomes** – Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

**Vereador Pierson Leite** – Membro da Comissão de Finanças e Orçamento